

Participação e comunicação como ações coletivas nos empreendimentos solidários

Marina Rodrigues Martins

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

Reitor

Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor

José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor

Inácio Neutzling

Gerente administrativo

Jacinto Schneider

Cadernos IHU

Ano 6 - Nº 24 - 2008

ISSN: 1806-003X

Editor

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Prof. Dr. Laurício Neumann – Unisinos

MS Rosa Maria Serra Bavaresco – Unisinos

Esp. Susana Rocca – Unisinos

Profa. MS Vera Regina Schmitz – Unisinos

Conselho científico

Prof. Dr. Agemir Bavaresco – PUCRS – Doutor em Filosofia

Profa. Dra. Aitziber Mugarra – Universidade de Deusto-Espanha – Doutora em Ciências Econômicas e Empresariais

Prof. Dr. André Filipe Z. de Azevedo – Unisinos – Doutor em Economia

Prof. Dr. Castor M. M. B. Ruiz – Unisinos – Doutor em Filosofia

Dr. Daniel Navas Vega – Centro Internacional de Formação-OIT-Itália – Doutor em Ciências Políticas

Prof. Dr. Edison Gastaldo – Unisinos – Pós-Doutor em Multimeios

Profa. Dra. Élide Hennington - Fundação Oswaldo Cruz - Doutora em Saúde Coletiva

Prof. Dr. Jaime José Zitkosky – UFRGS – Doutor em Educação

Prof. Dr. José Ivo Follmann – Unisinos – Doutor em Sociologia

Prof. Dr. José Luiz Braga – Unisinos – Doutor em Ciências da Informação e da Comunicação

Prof. Dr. Juremir Machado da Silva – PUCRS – Doutor em Sociologia

Prof. Dr. Werner Altmann – Unisinos – Doutor em História Econômica

Responsável técnico

Marilene Maia

Revisão

André Dick

Secretaria

Camila Padilha da Silva

Editoração eletrônica

Rafael Tarcísio Forneck

Impressão

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Instituto Humanitas Unisinos

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.3590-8223 – Fax: 51.3590-8467

www.unisinos.br/ihu

Sumário

<i>Resumo</i>	4
<i>Introdução</i>	5
<i>1 Uma economia coletiva autogestionária</i>	6
<i>2 Participação: uma ação que faz a diferença</i>	8
2.1 Participação controlada e Participação passiva	9
2.2 Participação-poder e Participação ativa	9
<i>3 A informação e a comunicação na formação de um sujeito participativo</i>	11
<i>4 Como encontrar respostas de uma realidade</i>	12
<i>5 A representação de uma realidade pelo coletivo</i>	14
<i>6 Sucintas considerações</i>	19
<i>Referências bibliográficas</i>	20

Resumo

O presente artigo propõe a reflexão sobre a representação do processo comunicacional na prática da gestão coletiva dos empreendimentos econômicos solidários (EES). Coloca-se a seguir como se define essa forma de gestão, um dos principais alicerces que guiam o exercício da economia solidária (ecosol).

Essa discussão perpassa sobre tipos de participação dos sujeitos envolvidos e como isso pode implicar na decisão coletiva, abordando autores-chave como Serge Moscovici e Cicília Maria Krohling Peruzzo. O seguinte texto é baseado na pesquisa desenvolvida e defendida como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Relações Públicas, na Universidade do Vale do Rio

dos Sinos (Unisinos), em dezembro de 2007. O estudo qualitativo teve como referencial o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), proposto por Fernando Lefèvre e Ana Maria Cavalcanti Lefèvre. No processo de observação, percebeu-se que os trabalhadores entendem como se configura a autogestão, porém as práticas que permeiam para a efetividade da gestão coletiva demonstram as dificuldades de conduzir essa atuação. O debate sobre os resultados desse estudo será mais bem aprofundado no decorrer do artigo, dando a possibilidade de visualizar os DSCs formados a partir das entrevistas realizadas.

Palavras-chave: Economia Solidária, relações públicas, comunicação e autogestão.

Introdução

Ainda no século XIX, comunidades buscavam sua sobrevivência por meio da gestão autônoma da produção, escambo e compra de produtos (SINGER, 2002). Essa forma de economia se configura também no século XX com a terminologia de economia solidária (ecosol). Ela visa oportunizar trabalho e renda com democracia social por meio da independência de seus agentes, que pode ser alcançada por meio da autonomia no gerenciamento dos empreendimentos. Um de seus principais objetivos é a inserção igualitária dos cidadãos na sociedade, além de buscar a transformação social. Segundo Cláudio Nascimento,¹ a “economia solidária pautava uma sociedade mais democrática, além de um desenvolvimento espiritual”. A ecosol é formada por empreendimentos econômicos solidários (EES), que têm como principais características a autogestão, a cooperação e a democracia entre os trabalhadores envolvidos. São identificadas como organizações coletivas cooperativas, associações, empresas de autogestão, clubes de troca, entre outras.

Acredita-se que a reflexão sobre economia solidária interligada às ciências da comunicação pode beneficiar o entendimento e o desenvolvimento da gestão coletiva nesses empreendimentos. Focando esse objetivo, é imprescindível a percepção dos comportamentos individuais no coletivo e suas implicações no processo comunicacional dos empreendimentos econômicos solidários. As diferentes formas de participação dos indivíduos nas tomadas de decisões e o exercício

do poder compartilhado, fundamental e permitido a todos pela gestão coletiva, evidenciam a importância desse debate. Ainda mais no Brasil e demais países da América Latina que, como cita Peruzzo, não têm o costume de exercer a participação em debates coletivos: “os povos não têm a tradição [...] aliado isto à reprodução de valores autoritários, à falta de conscientização política e a outros fatores, pretender alcançar um grau de participação mais elevado é algo de difícil concretização” (PERUZZO, 1998, p. 73).

A vontade de pesquisar esse tema surgiu a partir do meu envolvimento com a incubadora de empreendimentos solidários da Unisinos, denominada de Projeto Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários (Tecnosociais), em fevereiro de 2007. Essa vontade se intensificou, quando, em agosto do mesmo ano, comecei como bolsista de iniciação científica do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da universidade, no Grupo de Pesquisa em Economia Solidária. Dessa forma, apresenta-se a seguir uma pequena parte da monografia, realizada como trabalho de conclusão do curso de Comunicação Social, em 2007, com seus referenciais teóricos, metodologia e resultados, a fim de pôr em pauta a discussão sobre o tema e demonstrar a relevância do assunto. O texto segue abordando a economia solidária, a autogestão e a decisão coletiva, transpassando entre os assuntos sobre participação, poder, consenso, comunicação e informação.

¹ Coordenador da parte de Formação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, em palestra sobre “Software livre, economia sustentável e solidária nos festivais nacionais”. Promoção Beco Cultural, Porto Alegre – RS, 19/07/2007.

1 Uma economia coletiva autogestionária

A economia solidária surgiu após a I Revolução Industrial, na Grã-Bretanha, no século XIX. De acordo com Singer (2002), esse aparecimento aconteceu por diversas situações que marcaram a época, como, por exemplo, a expulsão dos camponeses das áreas agrícolas, a mão-de-obra infantil, a elevada jornada de trabalho, entre outras.

O industrial Robert Owen, proprietário de um considerável complexo têxtil na Grã-Bretanha, foi responsável por grande parte da disseminação da economia solidária no século XIX. Ele acreditava que, em vez de simplesmente distribuir o dinheiro entre os necessitados, ajudando-os a sanar algumas necessidades, se deveria investir em terras para que essa massa trabalhadora pudesse voltar a produzir. “O raciocínio econômico de Owen era impecável, pois o maior desperdício, em qualquer crise econômica do tipo capitalista (devida à queda da demanda total), é a ociosidade forçada de parte substancial da força de trabalho” (SINGER, 2002, p. 26).

As cooperativas são as primeiras formas de empreendimentos econômicos solidários que tornam fato a proposta da ecosol. A primeira cooperativa owenista foi formada por um grupo de jornalistas e gráficos londrinos. O conjunto de comunicadores criou e publicou o primeiro jornal cooperativo, chamado *The Economist*, em 1821. A partir disso, foram criadas outras publicações direcionadas à disseminação do cooperativismo, como o jornal *The Political Economist and Universal Philantropist*, em 1823, e o mensário *The Co-Operator*, em 1828. Nesse mesmo período, existiam sociedades responsáveis pela fundação de aldeias cooperativas, as chamadas sociedades de propagação owenista.

Ainda motivados pela perspectiva owenista, foi fundada no norte da Inglaterra, em 1844, a coo-

perativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, localizada no complexo têxtil de Rochdale. Junto de Robert Owen, outros idealizadores, como François-Charles Fourier e Claude Saint-Simon marcaram o início da ecosol na França, também no século XIX. No Brasil, a economia solidária tomou forma nas mãos de emigrantes europeus a partir do século XX, por meio de cooperativas de consumo e agrícolas (SINGER, 2002).

A Cartilha da Economia Solidária define que “A economia solidária é o conjunto de atividades econômicas organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma de autogestão” (ASSEBURG; OGANDO, 2006, p. 13). Ainda não foi definido um único conceito sobre economia solidária. Singer (2003) explica que conceitos sobre ecosol são apresentados nos dois cantos do Atlântico com diferentes formas de compreensão. Contudo, todas as interpretações estão ligadas à idéia da solidariedade e se referem às organizações autogestionárias que priorizam a igualdade entre os membros do grupo e também com a população.

A gestão coletiva é um dos pilares que guiam a atuação dos trabalhadores no gerenciamento das empresas solidárias, “ela se administra democraticamente” (SINGER, 2002, p. 18). “Ao que tudo indica, ela, em sua plenitude, relaciona-se com a mais profunda utopia de igualdade, liberdade e desalienação, como uma fonte alternativa na busca de uma nova sociedade e de um novo homem” (PERUZZO, 1998, p. 87). A prática da autogestão é a administração feita de forma coletiva. Cada trabalhador tem voz ativa e exerce influência sobre as decisões que permeiam o empreendimento. “Não tem quem manda e quem obedece. Os membros conversam entre si e decidem juntos o

que é melhor para todos”, segundo Cláudio Nascimento.² Autogestão significa autonomia e democracia dos e entre os sujeitos envolvidos num processo.

É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independente do tipo de estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais horizontais (ALBUQUERQUE, 2003, p. 20).

O exercício do poder compartilhado exige a participação dos trabalhadores envolvidos não somente na produção, mas também na administração dos empreendimentos e isso pode fragilizar a prática autogestionária. “A autogestão exige um esforço adicional dos trabalhadores na empresa solidária: além de cumprir as tarefas a seu cargo, cada um deles tem de se preocupar com os problemas gerais da empresa” (SINGER, 2002, p. 19). A jornada dupla, entre produção e administração, muitas vezes problematiza a vida coletiva, pois, mesmo tentando ser autogestionários, os trabalhadores não conseguem concretizar essa experiência. “A autogestão nessas empresas entregues aos ex-empregados, em geral apresentam graves carências [...] É preciso dotar a autogestão

de grande criatividade e eficiência [...] o que não é fácil dada a inexperiência gerencial dos trabalhadores” (EID, 2002, p. 30).

O estudo desenvolvido pela pesquisadora Marília Veríssimo Veronese, durante o doutorado em Psicologia, também apresentou, como um dos resultados, a problemática na execução do autogerenciamento na empresa solidária.

Os principais achados, na análise da trajetória do empreendimento, apontam para as grandes dificuldades encontradas pelos sujeitos que trabalham no campo da economia solidária, que, embora identificados com formas alternativas de viver e trabalhar, percebem o processo de apropriação da autogestão como acima de suas possibilidades. Desejam diferenciar-se dos modos de gestão capitalista, mas experimentam a tentativa como um labirinto no qual se sentem perdidos (VERONESE, 2005, p. 2).

A autora apresenta que os trabalhadores buscam a ação e o relacionamento de maneira solidária e participativa. No entanto, não conseguem concluir tal atitude devido à dificuldade de evitar as relações de poder existentes entre os sujeitos. Percebe-se então, que a prática autogestionária se coloca como obstáculo diante dos trabalhadores dos empreendimentos solidários.

² Coordenador da parte de Formação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, em palestra sobre “Software livre, economia sustentável e solidária nos festivais nacionais”. Promoção Beco Cultural, Porto Alegre – RS, 19/07/2007.

2 Participação: uma ação que faz a diferença

A gestão coletiva dos empreendimentos econômicos solidários depende da participação ativa de seus associados. Ou seja, depende da execução do poder compartilhado e do envolvimento dos trabalhadores nas tomadas de decisão. Todavia, “o maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios e sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige” (SINGER, 2002, p. 19).

Asseburg e Ogando destacam a participação, entre outras, como uma das características das diferentes formas de organização coletiva. Contudo, percebe-se que essa ação não é desenvolvida de maneira contínua nas empresas solidárias. Singer (2002) adverte que os sócios optam por confiar nas lideranças e passam o poder de decisão, que é do coletivo, para um concentrado de poder que está nas mãos das direções, coordenações, presidências e demais denominações que se dão para os grupos que gerenciam os EES. Peruzzo (1998) identifica que o ato de participar não é algo de fácil domínio, principalmente se falando de sujeitos que pertencem a esfera brasileira.

Em nosso caso, desde o período colonial, nos foi obstada ou até usurpada a possibilidade de avançar nessa prática. Nossas tradições e nossos costumes apontam mais para o autoritarismo e a delegação de poder do que para o assumir o controle e a co-responsabilidade [...] A dominação por um lado, assim como a submissão e a resignação, por outro, perpassam o cotidiano, a sociedade civil e o estado, da família ao condomínio, à escola, ao sindicato, ao partido político e ao governo (PERUZZO, 1998, p. 73-74).

Acredita-se que a dificuldade dos sujeitos em concretizar a participação implica diretamente na decisão coletiva e também na sustentabilidade do empreendimento. Para Peruzzo, a autogestão “não é deixar as deliberações para as ‘pessoas competentes’, nem, simplesmente, designar outros para tanto” (PERUZZO, 1998, p. 85). Mos-

covici (1991) apresenta o perigo que a confiabilidade extrema em determinados representantes de um grupo traz para as decisões coletivas. Segundo o autor, um consenso mal formado pode tornar uma simples atitude em um acontecimento inesperado, propiciando resultados desastrosos.

[...] foram precisamente elites que pertenciam a comissões escolhidas por Presidentes americanos que prepararam decisões e fizeram escolhas de resultados verdadeiramente desastrosos. [...] Assim aconteceu durante a segunda guerra mundial face ao ataque a Pearl Harbour [...] A convicção da invulnerabilidade da frota americana era tão forte que eles deixaram que o abrigo se transformasse numa ratoeira (MOSCOVICI, 1991, p. 16).

A participação ativa dos indivíduos dentro do coletivo permitirá o debate, a troca de informações, propondo o conhecimento de um coletivo. Para Moscovici (1991), o consenso é mais do que simplesmente um acordo entre as partes, é a oportunidade de modificar regras que guiam a vida de um grupo por meio da diversidade de opiniões. Ele é a resposta específica, formada pelo grupo que a discutiu a partir do dissenso, não apenas um acordo que aceita uma opinião contrária para não gerar conflitos. “A discórdia, longe de ser um malogro ou uma resistência, é, no caso vertente, a alavanca mais preciosa da mudança” (MOSCOVICI, 1991, p. 24). O escritor argumenta que definir o consenso como um simples eliminador de tensões limita sua verdadeira função. Essa restrição muitas vezes ocasiona o desmantelamento dos grupos, pois esses não entendem a verdadeira missão do consenso, que é a proposta de mudança e inovação. Entende-se, então, a importância da participação de cada sujeito para que um grupo exerça a autogestão de forma coletiva.

Se faz notável a função do processo comunicacional no gerenciamento dos empreendimentos econômicos solidários e a percepção do esta-

belecimento do ser de relações, de troca. A percepção dessas duas necessidades/realidades dentro dos grupos autogestionários pode promover, continuamente, a partilha de conhecimentos e evidenciar a importância da participação poder dos indivíduos dentro do coletivo.

2.1 Participação controlada e Participação passiva

A participação controlada é distinguida por Peruzzo (1998) como o suposto e desejável exercício do poder. A liberdade de participação e influência dos sujeitos nas decisões é manipulada e limitada pelos que detêm o poder. Ou seja, a decisão coletiva acontece até o ponto em que esses superiores a permitem.

Tal modalidade é “controlada” por se dar com base em determinadas restrições [...] Na prática, isso significa sua concretização em fragmentos secundários ou parciais da tomada de decisões [...] o exercício do poder não deixa de ser autoritário, apesar de apresentar-se como democrático. Delegam-se parcelas do poder, descentraliza-se-o até certo ponto, mas mantêm-se intactas suas principais estruturas (PERUZZO, 1998, p. 81).

A característica de controle nesse tipo de participação pode acontecer sob a aplicação do poder persuasivo. A consolidação desse poder ocorre por meio da comunicação persuasiva. Grande parte das vezes, o retorno dessa submissão é a recompensa material e psicológica do sujeito que assume esse formato de participação (SIMÕES, 1995 *apud* D’AMICO, 2004).

A adesão da participação passiva, por integrantes de grupos autogestionários, torna o exercício do poder compartilhado mais problemático. Esse comportamento delimita a decisão coletiva e pode permitir o desenvolvimento de formas hierarquizadas de gestão nos empreendimentos solidários.

Mesmo que não se envolva ativamente ao assumir postura de espectador e de conformismo, a pessoa desenvolve um tipo de participação. Ela consente, se objetiva, se submete e simplesmente delega o poder a outra. Ressalvas podem ser feitas, até certo ponto, em situa-

ções nas quais tal atitude seja uma manifestação de protesto. [...] Nesta primeira modalidade, o exercício do poder é do tipo autoritário (PERUZZO, 1998, p. 78).

A participação passiva concretiza o que D’Amico (2004) aborda sobre tipos de autoridade ou dominação legítima. Entre essas, cita a autora, existem a legal, a tradicional e a carismática.

A primeira, considerada a que rege a maioria das relações de poder nas organizações, está apoiada na crença do direito de poder dos cargos daqueles elevados de autoridade, assim como na legalidade de regras decretadas e no direito [...]. A segunda está baseada num conjunto de regras, que na maior parte, são expressas em tradições e costumes [...]. A última provém da devoção a uma determinada pessoa que possui poder baseado em suas características pessoais (WEBER, 1979 *apud* D’AMICO, 2004, p. 3).

As participações, passiva e controlada, dos sujeitos em empreendimentos econômicos solidários acabam por concretizar os poderes legítimo e persuasivo. Acredita-se que essa conduta afeta de maneira inadequada o desenvolvimento da autogestão, pois possibilita estabelecer o consenso de maneira limitada, ou seja, como um simples amenizador de conflitos.

2.2 Participação-poder e Participação ativa

Pode-se dizer que autogestão depende do que Peruzzo (1998) denomina de participação-poder. Uma participação baseada na democracia, na qual os indivíduos se configuram como ativos e autônomos, propiciando assim o surgimento de um sujeito coletivo. A escritora coloca que isso nada mais é do que o chamado poder compartilhado. Uma decisão coletiva, compartilhada por todos os membros de um grupo e que implica na participação efetiva dos envolvidos, sem haver omissão e alienação.

Desse modo, é preciso a transformação do consciente, uma nova educação e percepção de existência dos trabalhadores. Logo, isso implica que o próprio trabalhador se perceba e perceba os outros como autônomos, co-responsáveis por

eles e pelo coletivo no qual estão inseridos, para assim exercer a representatividade.

Acredita-se que a participação ativa traz maior possibilidade de crescimento e desenvolvimento da vida em conjunto. A concretização dessa participação facilita a existência do que D'Amico (2004) apresenta como um dos significados de poder:

A capacidade de produzir ou contribuir para resultados – fazer com que ocorra algo que faz diferença para o mundo. Na vida social, podemos dizer que poder é a capacidade de fazer isso através de relações sociais: é a

capacidade de produzir ou contribuir para resultados que afetem significativamente um outro ou outros (OUTHWAIT E BOTTOMORE, 1996 *apud* D'AMICO, 2004, p. 1).

O poder é a expressão de um processo de relação e troca social, o estabelecimento do ser de relações. O exercício do poder compartilhado e da participação ativa facilita encontrar o consenso definido por Moscovici (1991), o qual acontece após um debate de idéias e opiniões adversas, em que todos os envolvidos no assunto participam e não se omitem perante as decisões do grupo.

3 A informação e a comunicação na formação de um sujeito participativo

A informação possibilita a redução de incertezas e torna uma decisão fundamentada (SIMÕES 2006), oportunizando aos sujeitos mais conhecimento sobre determinado assunto. O acesso à informação facilita a argumentação, pois fornece maior número de justificativas que podem embasar uma opinião. De acordo com Simões (2006), a informação é a essência do processo comunicacional.

Para Aranguren (1975), a comunicação é definida como um processo de transmissão de informações, o qual depende da existência de quatro fatores, que são: emissor, meio de condução, receptor e mensagem. O autor coloca que a forma mais completa de comunicação é a linguagem, que pode ser verbal e não-verbal. No entanto, não se pode esquecer que esse processo se configura num contexto social onde os sujeitos estão inseridos. Portanto, entende-se que o processo de comunicação, a linguagem e a informação fazem parte de uma estrutura que está diretamente ligada ao comportamento humano, pois fazem parte de um evento social.

A comunicação no paradigma autogestionário necessita se desenvolver numa perspectiva dialógica, buscando o caráter participativo ativo dos integrantes dos EES. A informação visa a atuar para o desenvolvimento da consciência crítica desses sujeitos, o que oportuniza o aprendizado de um comportamento questionador e atuante nas decisões coletivas. Praticar a comunicação com e entre o grupo, posicionando-se como agente no coletivo e não como um ser de contatos, apenas transmitindo os conhecimentos assim como passados, poderá propiciar a administração de forma coletiva. Vivenciando um ser de relações o trabalhador tem a possibilidade de transformação unindo diferentes conhecimentos, a fim de proporcionar o crescimento, a evolução.

A comunicação dialógica acontece por co-presença, oportunizando a troca de idéias, opiniões, conceitos etc. (CÉSAR, 2007). Ela visa o desenvolvimento de seres ativos, conscientizando e favorecendo a articulação entre sujeitos. Nessa realidade, os indivíduos representam-se como receptores e emissores de idéias e opiniões, transformando-se, então, em sujeitos de relação.

Conforme Frantz (1983), a promoção da cooperação em um grupo exige, fundamentalmente, a comunicação entre seus integrantes. Todavia, a comunicação só é efetiva por meio do entendimento da mensagem pelo receptor. Isso não significa que a recepção da informação aconteça passivamente. Quer dizer, para haver o entendimento da mensagem, o receptor não necessita concordar e acatar com a opinião transmitida pelo emissor. O entender do processo comunicativo significa interpretar a informação de modo a favorecer o crescimento contínuo do conhecimento.

O comportamento ativo dos trabalhadores de empreendimentos autogestionários propicia a democracia das informações e o debate. Segundo Vieira (2002), essa troca possibilita a modificação das mentalidades. Desse modo, a comunicação é entendida e acontece entre sujeitos que participam e representam-se na vida, no trabalho e na linguagem. “O comportamento social é influenciado pelo saber. É a distribuição desse saber que determina a formação das organizações sociais, a capacidade crítica do indivíduo em compreender a sociedade em que vive e, assim, poder reivindicar mudanças” (VIEIRA, 2002, p. 61). Nessa conjuntura, a informação e a comunicação buscam a educação, a fim de burlar a alienação e a acomodação, podendo se tornar “um dos caminhos para o homem exercer seus direitos de participação” (PERUZZO, 2007, p. 51).

4 Como encontrar respostas de uma realidade

Após um breve esclarecimento sobre o que se entende como práticas autogestionárias e a importante atuação do processo de comunicação nos EES, foi necessário verificar como se representam essas experiências na realidade.

O início dessa observação aconteceu por meio do estágio realizado no Tecnosociais,³ no ano de 2007. O estágio foi indispensável para esclarecer o funcionamento e o entendimento prático dessa proposta de economia. Durante os meses de fevereiro a junho, acompanhei os encontros do Fórum de Economia Solidária de São Leopoldo (FESSL). As reuniões aconteceram no Círculo Operário Leopoldense (COL) e comportaram, na época, representantes de mais de 20 empreendimentos econômicos solidários da região do Vale do Rio dos Sinos. Além dessa vivência, tive a oportunidade de observação direta durante as assessorias prestadas aos grupos incubados pela equipe do Projeto Tecnosociais, da qual eu fazia parte. O estágio possibilitou a percepção da precariedade comunicacional entre os integrantes desses grupos e a dificuldade de efetivar o poder compartilhado. Essa primeira constatação foi essencial para dar ênfase ao estudo sobre comunicação interna dos grupos, a qual, em minha opinião, é fator importante para o desenvolvimento da autogestão.

A partir dessa perspectiva, a investigação foi desenvolvida em duas etapas. A primeira teve o objetivo de conceituar o que é economia solidária através dos depoimentos dos atores dessa proposta, os trabalhadores de empreendimentos solidários. Foi realizada uma pesquisa qualitativa na 14ª Feira Estadual do Cooperativismo (FEICOOP),

em Santa Maria – RS, no período de 6 a 8 de julho de 2007. O evento comportou mais de 800 grupos de ecosol e entidades de fomento (universidades, ONGs, incubadoras etc., que fornecem capacitação e assessoria para os grupos). A segunda fase teve como foco entender como acontece o processo de comunicação, as formas de participação e tomadas de decisão nos EES. Para isso, realizou-se pesquisa na 9ª Feira Estadual de Economia Solidária. O evento ocorreu entre os dias 17 e 22 de setembro de 2007, em Porto Alegre – RS.

A opção de aplicar a pesquisa qualitativa, nas duas etapas, aconteceu pela possibilidade que ela traz de identificar o que um grupo de pessoas pensa sobre o assunto com mais clareza e definição. A aplicação qualitativa facilita perceber pensamentos, motivações e aspirações de cada entrevistado.

Após definido o tipo de estudo a ser realizado, foi escolhida a melhor técnica de pesquisa que se aplicaria aos objetivos propostos. A técnica escolhida foi a entrevista em profundidade, realizada por meio de um roteiro baseado nos objetivos da investigação e que produzisse um discurso bem argumentado, de modo a evitar respostas curtas dos entrevistados. As entrevistas foram gravadas e depois transcritas, chegando-se, então, à análise dos dados. Para a pesquisa realizada em Santa Maria, foram entrevistadas cinco pessoas de diferentes grupos, com o objetivo de tentar explicitar a realidade da economia solidária em âmbito nacional. As pessoas entrevistadas pertenciam a diferentes estados, sendo eles Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. As entrevistas realizadas em Porto Alegre também contaram com cinco depoimentos de

³ O Projeto Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários Unisinos é uma incubadora de grupos formais (cooperativas/associações) e informais de trabalhadores que tem por objetivo formar um empreendimento econômico solidário (EES). O Projeto desenvolve seu trabalho na assessoria aos grupos incubados, objetivando a capacitação e formação desses trabalhadores para a efetividade dos EES.

trabalhadores de diferentes empreendimentos do município e região metropolitana.

Para analisar as declarações também qualitativamente o método escolhido foi o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).⁴ Trata-se de uma forma de avaliar os discursos individuais através da formação de um discurso coletiva.

[...] o pensamento coletivo é um idioma “segundo”, uma segunda língua, ou, na terminologia chomskiana, uma “competência” social que, na medida em que viabiliza e permite a troca entre indivíduos distintos de uma mesma cultura, constitui-se como idioma “primeiro”, condição imprescindível para a vida humana em sociedade. Esse *idioma* é obtido indutivamente, por abstração, a partir de um conjunto de falas individuais de sentido reputado semelhante ou complementar, com a finalidade precípua de expressar e representar um pensamento coletivo (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2005, p. 16).

Assim, o Discurso do Sujeito Coletivo expressa um determinado pensamento social, a partir de opiniões individuais. Acredita-se que o DSC foi o método adequado para identificação e percepção desse estudo. “O DSC é uma forma ou um expediente destinado a fazer a coletividade falar diretamente” (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2005, p. 16). Ele expressa o que foi denominado pelos autores de primeira pessoa (coletiva) do singular.

Os DSCs são formados pelos seguintes pontos: expressão-chave, idéias centrais e ancoragem. As expressões-chave (ECH) são especificamente trechos da entrevista que visam provar empiricamente as idéias centrais e as ancoragens. São as ECH que formam os discursos coletivos. A idéia central (IC) sintetiza a informação que foi expressa na ECH, não de forma a interpretá-la,

mas sim apenas descrevendo-a da maneira mais fiel possível à declaração original. A ancoragem (AC) é identificada durante o discurso do entrevistado em que ele depõe conceitos e teorias que formou no decorrer da vida e se encaixam com as teorias escritas e pesquisadas

Assim, a partir da exploração dos discursos individuais, chega-se ao Discurso do Sujeito Coletivo. Ele é reconstruído com uma porcentagem dos discursos individuais, formando a representação social do tema investigado. Para produzir a coerência do DSC, foi preciso realizar o que é chamado por Lefèvre e Lefèvre (2005) de artificialidade natural, uma “limpeza” de determinadas partes que expressam as particularidades da entrevista, como, por exemplo, nomes, endereços, entre outros.

Essa forma de apresentação de resultados de pesquisa, é fácil perceber, confere muita naturalidade, espontaneidade, vivacidade ao pensamento coletivo, o que contrasta fortemente com as formas clássicas de apresentação de resultados, típicas de pesquisa quantitativa, como tabelas, gráficos, percentuais etc., que refletem uma ruptura radical entre a vida real e a vida pesquisada. (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2005, p. 32).

Baseando-se nos ensinamentos do DSC, a tabulação dos dados coletados na pesquisa qualitativa foi feita em uma tabela composta por três colunas, contendo as expressões-chave, idéias centrais e ancoragem, possibilitando depois a confecção do discurso coletivo.

Dessa maneira, foi possível identificar da melhor forma como se dá o processo de autogestão nos empreendimentos econômicos solidários e as tomadas de decisão.

⁴ Para escolha e justificativa sobre o modo de análise e tabulação dos dados, foi usada a bibliografia de LEFÈVRE e LEFÈVRE (2005), conforme encontra-se na listagem das referências bibliográficas desta pesquisa.

5 A representação de uma realidade pelo coletivo

No decorrer deste trecho do artigo, apresentam-se breves discussões sobre os DSCs, formados a partir dos depoimentos coletados durante a pesquisa qualitativa. Conforme explicado anteriormente, o primeiro depoimento coletivo demonstra o que os trabalhadores envolvidos entendem e vivenciam sobre economia solidária.

A economia é uma forma de se relacionar e solidária é uma forma de você ajudar o próximo. A economia solidária é o que o próprio nome diz, é um trabalho solidário em que as pessoas compartilham experiências e ajudam umas as outras. Na economia solidária, somos parceiros um do outro. Ninguém trabalha sozinho. É a união, ser dono da nossa propriedade e do nosso trabalho. Não precisa depender de patrão.

Quando nós estamos na economia solidária, nós estamos despoluindo a natureza, porque nós trabalhamos com muitos reciclados. Trocamos produtos uns com os outros e não jogamos nada fora, assim são menos produtos jogados no solo, menos produtos que vão demorar a se decompor. Trabalha-se muito na preocupação com o meio ambiente, leva-se a idéia de preservação. Procura-se sempre a matéria-prima que possa favorecer a manutenção do meio ambiente. Essa é uma das maiores preocupações dos grupos de economia solidária. A nossa meta é preservar o meio ambiente e auxiliar na renda familiar.

Na rede da economia solidária, nós trabalhamos em conjunto, resgatando a dignidade e o talento das famílias, porque muitos têm talento guardado e não sabem como expor. É um resgate. Muitas pessoas são resgatadas por meio do trabalho e isso é gratificante. Os grupos não visam somente o lucro, mas também a ajuda à comunidade. Não se leva em conta somente a geração de renda, mas também novas formas de relações com as pessoas. A economia solidária faz surgir uma nova prática de ser humano⁵

Observando o discurso, percebe-se a forte ligação da economia solidária com uma nova visão das relações interpessoais. O depoimento demonstra uma realidade diferenciada, em que a competição dá lugar à colaboração: “A economia solidária é o que o próprio nome diz, é um trabalho solidário em que as pessoas compartilham experiências e ajudam umas as outras. Na economia solidária, somos parceiros um do outro. Ninguém trabalha sozinho. É a união, ser dono da nossa propriedade e do nosso trabalho. Não precisa depender de patrão”. Nessa parte, se identifica o que Singer (2003) apresenta quando fala sobre os diferentes conceitos que são formulados sobre economia solidária, os quais sempre circundam idéias de cooperação e solidariedade.⁶

O que também se torna visível são as novas formas de relação entre os indivíduos quando disposta a seguinte frase: “Não se leva em conta somente a geração de renda, mas também novas formas de relações com as pessoas. A economia solidária faz surgir uma nova prática de ser humano”. Pode-se estabelecer aqui uma ligação com a fala de Cláudio Nascimento quando ele cita que a ecosol propõe uma sociedade mais democrática e um desenvolvimento espiritual.⁷

A resumida discussão sobre o DSC permite comprovar a idéia de economia solidária como uma proposta de transformação da vida social. Essa proposta econômica possibilita, aos que estão vivenciando-a, a troca de conhecimento e o estabelecimento do ser de relações. Uma oportunidade de cooperar e ser solidário uns com os outros, sem competir e avançar sobre o caminho do outrem.

⁵ O processo de análise das entrevistas individuais, que possibilitam formar os DSCs aqui apresentados, está disposto nos apêndices da monografia da autora (MARTINS, 2007, p. 75).

⁶ Pág. 4 do presente artigo.

⁷ Pág. 3 do presente artigo.

Nesse momento, são apresentados os DSCs sobre autogestão, decisão coletiva, participação e comunicação. O seguinte discurso configura o que os trabalhadores entendiam por autogestão em seus grupos.

Autogestão é quando tu consegues te organizar, te administrar e administrar o grupo. É tu mesmo te gerenciar, sem precisar de patrão. Todo mundo em reunião decide em grupo. É a gente ter poder de decisão no coletivo. Tu mesmo tens as tuas responsabilidades e dividir com o coletivo tanto as perdas como os ganhos. Na autogestão nós decidimos em conjunto qualquer detalhe que seja, se for a participação de uma feira, se é recurso para alguma coisa que vai ser feita ou não. É cada um ser responsável pelo seu serviço e pela cooperativa como um todo né. É a gente se completar, podendo fazer trocas e aprendendo para ter sustentabilidade. É um convívio mútuo.⁸

Como percebe-se no DSC, os trabalhadores entendem autogestão como algo além do poder de decisão coletiva e da não dependência de um patrão. É também uma oportunidade de trocar experiências e aprender um com o outro. Eles trazem ainda a idéia de que antes de administrar o coletivo é preciso saber organizar, gerir e administrar a si próprio. Para eles, a autogestão significa um convívio contínuo e recíproco uns com os outros. Nesse depoimento, identifica-se o exercício de poder compartilhado e as relações de cooperação entre as pessoas conforme colocado por Albuquerque (2003) e Peruzzo (1998).

Logo, foi investigado como aconteciam às tomadas de decisões. Essa questão tinha o objetivo de verificar se na prática os grupos faziam a autogestão entendida e anteriormente relatada por eles e em que circunstâncias essas decisões eram articuladas.

Tem comunicação por telefone e nos encontramos conforme o que se quer aprender. As decisões são tomadas sempre em reunião, aí é apresentado o problema, elencamos as coisas que a gente quer decidir, seja com relação a algum material de divulgação, algum evento e normalmente chegamos em um consenso, se

não se chega aí se faz uma votação. A gente faz reunião normalmente né, eu acho importante. Através da reunião, a gente senta e conversa e aí a gente decide no coletivo se vai ser bom pro grupo ou não. A gente reúne o presidente, o vice-presidente, os tesoureiros e os secretários, depois é levado para uma assembléia e discutido entre todos, daí é votado e decidido. A gente tem pelo menos uma por mês, mas, dependendo da atividade que a gente tem, pode até ser mais ou menos. Se há necessidade de tomar alguma decisão a gente sabe que o grupo que tá lá vai tomar a decisão certa né, confia na pessoa que tá lá. Ela não vai fazer nenhuma bobagem, ela vai fazer o que é o bem pra todos.⁹

Nesse DSC, observa-se que grande parte das decisões acontece coletivamente, confirmando a idéia relatada sobre o que é autogestão. Essas tomadas de decisões acontecem geralmente nas reuniões, assembléias e nos encontros dos grupos. Conforme o depoimento, esse fator é importante, pois é nesse momento que é possível participar, um momento que os propicia ser realmente sujeitos de um coletivo. Os caminhos a serem seguidos pelo grupo são encontrados através do consenso. Caso não encontrado, eles optam pela votação.

No entanto, o DSC apresenta contradição relevante e que pode colocar o consenso em perigo, ou tornando-o, quem sabe, um caminho arriscado. Como levantado por Moscovici (1991), nem sempre a omissão do debate leva para uma boa alternativa de saída. Destaca-se essa percepção, pois é identificado que em alguns momentos de decisão nem sempre o coletivo participa, pois existe a confiança nas pessoas que estão administrando o grupo. Isso se refere à seguinte parte do DSC: “Se há necessidade de tomar alguma decisão, a gente sabe que o grupo que tá lá vai tomar a decisão certa né, confia na pessoa que tá lá. Ela não vai fazer nenhuma bobagem, vai fazer o que é o bem pra todos”. Como já argumentado, nem sempre as pessoas que estão aptas ao poder de decisão num grupo tomarão a decisão certa. Dependendo da amplitude e do grau de responsabi-

⁸ O processo de análise das entrevistas individuais, que possibilitam formar os DSCs aqui apresentados, está disposto nos apêndices da monografia da autora (MARTINS, 2007, p. 81).

⁹ O processo de análise das entrevistas individuais, que possibilitam formar os DSCs aqui apresentados, está disposto nos apêndices da monografia da autora (MARTINS, 2007, p. 84).

lidade da decisão, isso pode ocasionar no risco para o empreendimento, permitindo até afetar sua sustentabilidade. Conforme a teoria das decisões apresentada por Moscovici (1991), a decisão deve ser baseada numa racionalidade baseada no diálogo e na inteiração entre os sujeitos, o que permitirá o alcance da melhor escolha. Como defendido pelo autor, o consenso não é simplesmente a troca de informações, objetivando a redução de incertezas e de tensões que podem ser causadas pelo desacordo. É, na realidade, a permissão da evolução, uma forma de modificar velhos hábitos sem corromper as normas e os laços sociais existentes entre os sujeitos. O consenso deve ser o caminho para a transformação e a evolução de uma vida coletiva. Desse modo, percebe-se a importância da participação ativa de todos os integrantes. Prontamente, o seguinte DSC apresenta como acontece a participação dos trabalhadores envolvidos em um empreendimento econômico solidário nas decisões para efetivar a autogestão.

Às vezes, a metade não vai né. Às vezes, fica difícil para ti, tu não tem como sair. Tem pessoas que representam mais as categorias da associação, então elas levam a palavra e os que ficam mais na produção. Essas pessoas que não opinam com nada, eles não se sentem tão envolvidos com o trabalho porque não fazem parte da administração, mas não é bem assim, todo mundo tem que ajudar a administrar né. Sempre tem as que não gostam muito de falar né, são mais assim dos que concordam né. Todas têm se manifestado, tem achado, pelo menos dizendo né, se acham bom, se acham ruim, todas têm voz. Todos participam ou de uma maneira ou de outra. A gente procura depois através de telefonemas colocar a par, saber o que a pessoa pensa sobre aquele assunto que vai ser resolvido. É uma tomada de decisões através de consensos sempre. A gente tem as idéias e vão unindo elas até chegar numa resposta consensual entre todos. Não tem ninguém que comanda ninguém. A qualquer momento pode ter outro passando o que eu passei pra ele né, o objetivo é todos terem conhecimento. Isso vem sendo uma evolução. A gente tem muito isso de respeitar a opinião do outro e a decisão.¹⁰

Esse discurso apresentou uma desordem de idéias quando questionado diretamente sobre a

participação dos trabalhadores nas decisões coletivas. De um lado, o DSC demonstra que não existe a participação ativa dos sujeitos envolvidos: “Às vezes, a metade não vai né” ou “Tem pessoas que representam mais as categorias da associação, então elas levam a palavra e os que ficam mais na produção”. E, de outro, diz que existe a participação de alguma forma: “Todas têm se manifestado, têm achado, pelo menos dizendo né, se acham bom, se acham ruim, todas têm voz. Todos participam ou de uma maneira ou de outra”. Isso permite constatar a fragilidade da decisão coletiva na autogestão, pois essa nem sempre é decidida realmente pelo coletivo.

Conforme a fala, a decisão é formada pelo consenso: “É uma tomada de decisões através de consensos sempre, a gente tem as idéias e vai unindo elas até chegar numa resposta consensual entre todos”. Essa parte do depoimento coletivo transparece o conceito da teoria das decisões (MOSCOVICI, 1991), pelo menos nas palavras. Diferentes idéias são unificadas e formam a decisão coletiva. Entretanto, esse discurso faz questionar quem são os emissores dessas idéias. Pois, se não há a participação efetiva de todos os membros, às vezes uns participam, outras não. O que é a resposta consensual do coletivo? Pois, pelo que aqui se entende por consenso, a resposta consensual é baseada no debate entre todos os envolvidos. Caso isso não aconteça, salienta-se que esse consenso pode se tornar limitado, sendo um ato de conformidade, um simples amenizador de tensões e conflitos.

Então, é perceptível que os entrevistados entendem o significado e procuram aplicar na prática à autogestão. Contudo, nem sempre existe a consolidação do poder compartilhado nas decisões. Por esses motivos, entende-se que é preciso aprimorar o exercício da participação-poder pelos trabalhadores de empreendimentos econômicos solidários, a fim de efetuar a administração coletiva.

O último ponto averiguado na coleta de dados foi referente ao processo de comunicação nos EES.

¹⁰ O processo de análise das entrevistas individuais, que possibilitam formar os DSCs aqui apresentados, está disposto nos apêndices da monografia da autora (MARTINS, 2007, p. 88).

Teve-se a preocupação com essa questão, pois, se nem todos os integrantes dos grupos participavam das decisões, ou por ausência ou por omissão, a democracia das informações por outros meios, além dos encontros presenciais, se torna fundamental. Conforme já colocado, o acesso à informação possibilita o embasamento correto para a tomada de decisão. A falta de conhecimento sobre os assuntos que permeiam o empreendimento pode acarretar problemas graduais à autogestão e agravar a participação passiva dos sujeitos.

Acredita-se que é essencial a circulação das informações, a fim de democratizar e proporcionar o conhecimento coletivo. Com esse propósito, apresenta-se o Discurso do Sujeito Coletivo formado em relação à comunicação das decisões:

A gente fala. A gente conversa e tem tudo registrado numa ata. Depois quando tu quiser saber alguma coisa, é só tu pegar o livro de ata e lê o que quê se passo. É através de caderno, onde a gente deixa todos os bilhetes e todo mundo vai passando, vai lendo e vai acrescentando mais alguma coisa. Apenas quando é um assunto sério, uma coisa vital, daí é telefonado e chamado para uma reunião extraordinária. São reuniões de grupo mesmo. A gente também usa a internet, são através de e-mail, dos computador e dos telefones e manda-se a mensagem de quem não veio.¹¹

É ato comprovado que a primeira forma de comunicação entre os trabalhadores de empreendimentos solidários se dá por meio da fala. Mas, para isso, é preciso a presença dos mesmos. Quando um indivíduo não está presente, ele não poderá se comunicar com a outra pessoa, se tornar sujeito do empreendimento, do grupo que está inserido. Assim, não terá a participação ativa, ou seja, não fará valer a participação-poder e a efetividade do poder compartilhado.

A segunda forma de comunicação encontrada é o livro-ata, instrumento importante para o registro do debate e das informações geradas no momento da reunião. Porém, esse registro pode, muitas vezes, trazer traços individuais da pessoa que o escreveu, o que pode distorcer a informa-

ção lá colocada. Além disso, é um instrumento que não tem por objetivo final comunicar, mas sim registrar o fato ocorrido e as decisões tomadas. Mesmo assim, os grupos o entendem como um instrumento de comunicação. Junto a esses fatores, o ato de quando o trabalhador deseja saber o que foi abordado e decidido no encontro, esse deve recorrer ao livro ata permite perceber que a informação não vai até o receptor. Isso facilita o não saber sobre o que foi abordado. Outra questão relevante é quando mencionado no DSC: “a gente deixa todos os bilhetes e todo mundo vai passando, vai lendo e vai acrescentando mais alguma coisa”. O fato de ser permitido a cada integrante do grupo acrescentar alguma informação, depoimento ou opinião, sem mais pormenores, fora da ocasião da discussão, pode agravar o problema de entendimento entre esses sujeitos. Pois, além de ler o que pode ter impressões individuais da pessoa que escreveu, é permitido a ele anexar uma outra mensagem, quem sabe desvirtuando ainda mais o assunto em questão. Esse relato apresenta claramente a defasagem do processo de comunicação nos EES. O que se percebe é simplesmente o ato de fornecer a informação, identifica-se aqui o ser de contato. Ele é superficial, não possui embasamento suficiente para formar uma crítica construtiva e estabelecer a relação de troca com outrem. O não estabelecimento do ser de relações torna a gestão coletiva um ato falho.

Há também a comunicação por meio do telefone. Como colocado no DSC, essa comunicação é feita em casos vitais. Caso essas decisões não forem passadas, podem atingir inteiramente o grupo: “Apenas quando é um assunto sério, uma coisa vital, daí é telefonado e chamado para uma reunião extraordinária”.

O instrumento que pareceu ser mais favorável para a comunicação efetiva entre os sujeitos desses EES é o e-mail. Com ele, existe a possibilidade da troca de informações rápida e prática, em que pode acontecer entre vários sujeitos de uma úni-

¹¹ O processo de análise das entrevistas individuais, que possibilitam formar os DSCs aqui apresentados, está disposto nos apêndices da monografia da autora (MARTINS, 2007, p. 92).

ca vez em lugares distantes, além de permitir o registro das conversas estabelecidas. Entretanto, quantos empreendimentos econômicos solidários possuem acesso à internet ou pelo menos a um computador? Essa não foi uma questão abordada na pesquisa, mas pode-se supor, pelo conhecimento adquirido durante o projeto, que muitos EES não têm acesso a essa tecnologia de informação.

Para resistir a esse tipo de participação e fazer valer o poder compartilhado, é necessário fazer surgir no trabalhador o interesse pela informação. Colocar o livro-ata à disposição pode não ser a opção mais favorável à circulação e à democracia de informações. Fazer a informação circular de forma adequada e contextualizada pode propiciar o desenvolvimento de um pensamento crítico

co e questionador nos trabalhadores. Assim, eles terão a possibilidade de unir fatos e idéias para justificar suas opiniões.

A característica de co-presença traz a possibilidade de ter a efetividade da participação ativa dos indivíduos dentro de um grupo, oportunizando, então, a troca de informações e o debate, a fim de encontrar um verdadeiro consenso. A comunicação entre os sujeitos possibilita a livre manifestação do pensamento, a democratização e a popularização das informações, além de aprimorar novas técnicas de debates. O desenvolvimento da participação ativa proporcionará o consenso dialético, inspirado no debate coletivo a fim de modificar e evoluir. Características essas fundamentais na economia solidária.

6 Sucintas considerações

Após as discussões feitas, é possível ter um exemplo da importância da comunicação no processo de gestão coletiva e como ela pode auxiliar no desenvolvimento da autogestão nos empreendimentos econômicos solidários. Percebe-se que o ato de se comunicar é problema acentuado entre os trabalhadores e isso acontece, pois nem todos conseguem exercer o poder compartilhado por meio da participação ativa. Essa dificuldade torna-se mais proeminente pela falta de interesse ou acesso as informações relativas ao EES. O comportamento passivo e omissivo de alguns integrantes pode produzir a gestão hierarquizada, facilitando o regresso do empreendimento a uma maneira formal e submissa de trabalho.

Sabe-se que a apreensão de novas formas de comportamento para a vida coletiva não se dá de maneira simples e rápida. Espera-se que a discussão apresentada seja o início de posteriores estudos e percepções sobre o desenvolvimento comunicacional dentro dos EES, verificando como as atitudes dos sujeitos implicam nessa ação. Além disso, a possibilidade de colaborar com o desenvolvimento da economia solidária traz a satisfação de continuar essa proposta. Esse debate acontece, pois nesse contexto a comunicação também se torna um ato de gestão coletiva e que depende da participação ativa das pessoas. O exercício da troca de idéias, de conhecimentos e de opiniões possibilita encontrar o consenso de forma emancipatória.

Certamente, as questões referentes ao processo de comunicação englobam um contexto mui-

to maior do que discutido nesse artigo. Por esse motivo, a pesquisa geradora está possibilitando aprofundamento, a fim de visualizar de forma mais completa a atuação da comunicação na perspectiva social e solidária. Como vimos, essa ação coletiva depende muito mais do que um simples ato de fala, o comportamento em relação à participação e a percepção desse processo pelos envolvidos também é essencial. Com esse objetivo está sendo desenvolvida, por meio da bolsa de iniciação científica, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos, a pesquisa para continuação dessa análise. Ela aborda mais especificamente a percepção desse processo por lideranças e trabalhadores de empreendimentos solidários da Região do Vale dos Sinos e como acontece a condução desse para a gestão coletiva se desenvolver de forma efetiva.

Esse envolvimento proporcionou um aprendizado a mais durante meu período de graduação. Foi uma oportunidade de investigação que forneceu novos conhecimentos e a possibilidade de estudar e perceber um outro paradigma social. Com ele, pude colocar em prática um dos pontos trazidos pelo código de ética dos profissionais de relações públicas, que é sempre desenvolver o sentido de nossa responsabilidade, aperfeiçoando nosso conhecimento e procedimentos éticos, para buscar a melhoria constante de nossas competências científicas e técnicas, além também do compromisso efetivo com a sociedade.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 20-26
- ARANGUREM, J. L. *Comunicação humana: uma sociologia da informação*. Rio de Janeiro: Zahar; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.
- ASSEBURG, Hans Benno; OGANDO, Cláudio Barcelos. *Cartilha da Economia Solidária: subsídio informativo. A Economia Solidária no Rio Grande do Sul: Resultados do primeiro Mapeamento Nacional. A perspectiva dos Direitos Humanos*. Unesco/San José/Costa Rica, 2006.
- CÉSAR, Regina Escudero. Movimentos sociais, comunidade e cidadania. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz (Org.). *Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora*. São Paulo: Summus, 2007, p. 78-91.
- CESCA, Cleuza G. Gimenes. *Comunicação dirigida escrita na empresa: teoria e prática*. São Paulo: Summus, 1995.
- D'AMICO, Ana. *Comunicação e poder nas empresas familiares*. Dissertação de Mestrado em Comunicação Social. PUC/RS, 2004. (Não publicado).
- EID, Farid (Org.). *Construindo uma economia solidária*. Campinas, SP: Confederação Nacional dos Metalúrgicos – CNM/CUT, 2002.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. *Economia solidária, uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- FRANTZ, Walter. Comunicação e educação em cooperativas: retrospectiva histórica e importância atual. *Perspectiva Econômica*, São Leopoldo, v. 13, n. 39, p. 135-152, 1983.
- HENRIQUES, Márcio Simeone; BRAGA, Carla Soares; SILVA, Daniela Brandão do Couto; MAFRA, Rennan Lanna Martins. Relações Públicas em projetos de mobilização social: funções e características. In: HENRIQUES, Márcio Simeone (Org.). *Comunicação e estratégias de mobilização social*. 2 ed. São Paulo: Autêntica, 2004, p. 17-32.
- IHU ON-LINE, Revista do Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo, n. 229, p. 1-54, jul. 2007.
- LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. *Discurso do sujeito coletivo: um enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)*. 2. ed. Caxias do Sul, RS: Educus, 2005.
- MARTINS, Marina Rodrigues. *As relações públicas e a economia solidária: um compromisso para transformação social*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para o Curso de Comunicação Social – Habilitação em Relações Públicas, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2007. (Não publicado).
- MOSCOVICI, Serge. *Dissensões e consenso: uma teoria geral das decisões coletivas*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.
- MURADE, José Felício Goussain. Relações Públicas na construção da cidadania dos grupos populares. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz (Org.). *Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora*. São Paulo: Summus, 2007, p.150-164.
- PERUZZO, Cíclia Maria Krohling. Cidadania, comunicação e desenvolvimento social. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz (Org.). *Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora*. São Paulo: Summus, 2007, p. 45-58.
- _____. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- SIMÕES, Roberto Porto. *Informação, inteligência e utopia: contribuições à teoria de relações públicas*. São Paulo: Summus, 2006.
- SINGER, Paul. Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 116-125.
- _____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- _____. SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA SÓLIDÁRIA NO BNDS, 2007.
- VERONESE, Marília Veríssimo. *Análise de um empreendimento de economia solidária sob a ótica da sociologia das ausências e das emergências*. Revista Ciências Sociais UNISINOS, 41(2), 89-99, 2005.
- VIEIRA, Roberto Fonseca. *Relações públicas: opção pelo cidadão*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

Temas dos Cadernos IHU

- Nº 01 – *O imaginário religioso do estudante da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS*
Prof. Dr. Hilário Dick
- Nº 02 – *O mundo das religiões em Canoas*
Prof. Dr. José Ivo Follmann (Coord.), MS Adevanir Aparecida Pinheiro, MS Inácio José Spohr & MS Geraldo Alzemiro Schweinberger
- Nº 03 – *O pensamento político e religioso de José Martí*
Prof. Dr. Werner Altmann
- Nº 04 – *A construção da telerrealidade: O Caso Linha Direta*
Sonia Montañó
- Nº 05 – *Pelo êxodo da sociedade salarial: a evolução do conceito de trabalho em André Gorz*
MS André Langer
- Nº 06 – *Gilberto Freyre: da Casa-Grande ao Sobrado – Gênese e dissolução do patriarcalismo escravista no Brasil: Algumas considerações*
Prof. Dr. Mário Maestri
- Nº 07 – *A Igreja Doméstica: Estratégias televisivas de construção de novas religiosidades*
Prof. Dr. Antônio Fausto Neto
- Nº 08 – *Processos midiáticos e construção de novas religiosidades. Dimensões históricas*
Prof. Dr. Pedro Gilberto Gomes
- Nº 09 – *Religiosidade midiática: Uma nova agenda pública na construção de sentidos?*
Prof. Dr. Atillio Hartmann
- Nº 10 – *O mundo das religiões em Sapucaia do Sul*
Prof. Dr. José Ivo Follmann (Coord.)
- Nº 11 – *Às margens juvenis de São Leopoldo: Dados para entender o fenômeno juvenil na região*
Prof. Dr. Hilário Dick (Coord.)
- Nº 12 – *Agricultura Familiar e Trabalho Assalariado: Estratégias de reprodução de agricultores familiares migrantes*
MS Armando Triches Enderle
- Nº 13 – *O Escravidão Colonial: A revolução Copernicana de Jacob Gorender – A Gênese, o Reconhecimento, a Deslegitimação*
Prof. Dr. Mário Maestri
- Nº 14 – *Lealdade nas Atuais Relações de Trabalho*
Lauro Antônio Lacerda d'Ávila
- Nº 15 – *A Saúde e o Paradigma da Complexidade*
Naomar de Almeida Filho
- Nº 16 – *Perspectivas do diálogo em Gadamer: A questão do método*
Sérgio Ricardo Silva Gacki
- Nº 17 – *Estudando as Religiões: Aspectos da história e da identidade religiosos*
Adevanir Aparecida Pinheiro, Cleide Olsson Schneider & José Ivo Follmann (Organizadores)
- Nº 18 – *Discursos a Beira dos Sinos – A Emergência de Novos Valores na Juventude: O Caso de São Leopoldo*
Hilário Dick – Coordenador
- Nº 19 – *Imagens, Símbolos e Identidades no Espelho de um Grupo Inter-Religioso de Diálogo*
Adevanir Aparecida Pinheiro & José Ivo Follmann (Organizadores)
- Nº 20 – *Cooperativismo de Trabalho: Avanço ou Precarização? Um Estudo de Caso*
Lucas Henrique da Luz
- N. 21 – *Educação Popular e Pós-Modernidade: Um olhar em tempos de incerteza*
Jaime José Zitkoski
- N. 22 – *A temática afrodescendente: aspectos da história da África e dos afrodescendentes no Rio Grande do Sul*
Jorge Euzébio Assumpção
Adevanir Aparecida Pinheiro & José Ivo Follmann (Orgs.)
- N. 23 – *Emergência das lideranças na Economia Solidária*
Robinson Henrique Scholz



Marina Rodrigues Martins é formada em Comunicação Social – Habilitação em Relações Públicas, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Sua monografia, defendida em dezembro de 2007, teve como tema principal a atuação das relações públicas para o desenvolvimento de uma comunicação dialógica e participativa na perspectiva da economia solidária. Atuou como estagiária de relações públicas no Projeto Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários, da Unisinos, entre 2007 e 2008. Em agosto de 2007, iniciou como bolsista PIBIC/CNPq, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da universidade, no Grupo de Economia Solidária. Atualmente, por meio da iniciação científica, continua a desenvolver pesquisa interligando comunicação e economia social e solidária.